

Ângelo Roberto Ilha da Silva

**CURSO DE DIREITO**  
**Penal**  
PARTE GERAL **2ª ED.**

prefácios:

*Miguel Reale Júnior*

*Vicente Greco Filho*

apresentação:

*Fábio Roberto D'Ávila*





**Belo Horizonte** | **São Paulo**  
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,  
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82  
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP  
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2021, Ângelo Roberto Ilha da Silva.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* | Plácido Arraes  
*Editor* | Tales Leon de Marco  
*Produtora Editorial* | Bárbara Rodrigues  
*Capa, projeto gráfico* | Nathália Torres  
*Diagramação* | Bárbara Rodrigues

#### Catálogo na Publicação (CIP)

---

5586 Silva, Ângelo Roberto Ilha da, 1964-  
Curso de direito penal : parte geral / Ângelo Roberto Ilha da Silva ; prefácios Miguel Reale Júnior, Vicente Greco Filho ; apresentação Fábio Roberto D'Ávila. - 2. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.  
810p.

ISBN 978-65-5589-162-1

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Reale Júnior, Miguel, 1944-. II. Greco Filho, Vicente, 1943-. III. D'Ávila, Fábio Roberto. IV. Título.

CDDir: 341.5

---

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



Rodapé



---

## Sumário

Agradecimentos.....	5	2. Fundamento e missão do Direito Penal.....	59
Nota à segunda edição.....	29	1. Introdução: a distinção entre fundamento e missão do Direito Penal.....	59
Nota prévia à primeira edição.....	31	2. Fundamento do Direito Penal.....	61
Prefácio à segunda edição: densidade e inovação.....	33	3. Funções do Direito Penal.....	63
Prefácio à primeira edição.....	37	3.1. Função de proteção subsidiária de bens jurídicos.....	63
Apresentação.....	41	3.2. Função de proteção de valores ético-sociais.....	64
<hr/>		3.3. Função de confirmação de vigência da norma.....	65
PRIMEIRA PARTE		3.4. Função de controle social.....	65
PROPEDÊUTICA E TEORIA DA LEI PENAL	45	3.5. Função de manutenção da paz social.....	67
<hr/>		3.6. Função (meramente) simbólica.....	68
1. Conceito de direito penal.....	47	3.7. Função promocional.....	69
1. Denominação: Direito Penal ou Direito Criminal?.....	47	3. Princípios limitadores do poder-dever de punir estatal.....	71
2. O Direito Penal objetivo ( <i>jus poenale</i> ).....	50	1. A supremacia da Constituição e os direitos fundamentais.....	71
3. Sobre o (suposto?) Direito Penal subjetivo ( <i>jus puniendi</i> ou <i>potentia puniendi</i> ).....	51		
4. Direito Penal substantivo e Direito Penal adjetivo.....	53		
5. Caracteres do Direito Penal.....	54		

2. Conceito de princípio: à guisa de uma (indeclinável) pré-compreensão.....	73	3.15. Princípios limitadores vinculados ao processo penal: devido processo legal e não-culpabilidade ou presunção de inocência.....	97
3. Os princípios limitadores do poder-dever de punir.....	74	3.15.1. O devido processo legal.....	97
3.1. O princípio da dignidade da pessoa humana.....	75	3.15.2. Não-culpabilidade ou presunção de inocência.....	98
3.2. O princípio da legalidade.....	77		
3.3. O princípio da proporcionalidade.....	78	<b>4. As ciências penais, objeto e método do Direito Penal.....</b>	<b>103</b>
3.4. O princípio da ofensividade ou da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	81	1. O trinômio Dogmática Penal, Criminologia e Política Criminal: a Ciência Penal Conjunta.....	103
3.5. O princípio da intervenção mínima: subsidiariedade e fragmentariedade.....	82	1.1. A Dogmática Penal.....	103
3.6. O princípio da adequação social.....	84	1.2. A Criminologia.....	104
3.7. O princípio da insignificância.....	85	1.3. A Política Criminal.....	107
3.8. O princípio da igualdade.....	88	2. Enciclopédia das ciências penais e as ciências auxiliares.....	109
3.9. O princípio da culpabilidade.....	92	2.1. Medicina Legal e Psiquiatria Forense.....	111
3.10. O princípio da responsabilidade subjetiva.....	92	2.2. Psicologia Judiciária ou Psicologia Forense.....	112
3.11. O princípio do direito penal do fato.....	93	2.3. Criminalística.....	113
3.12. O princípio da pessoalidade, personalidade ou da intranscendência da pena.....	94	3. O método e o objeto do Direito Penal.....	114
3.13. O princípio da individualização da pena.....	95	3.1. Método e Objeto do Direito Penal.....	114
3.14. O princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	95	3.2. A Ciência do Direito Penal e sistema.....	122
		3.3. Os critérios clássicos de interpretação da norma penal.....	125
		3.3.1. A interpretação literal.....	126
		3.3.2. A interpretação lógico-sistemática.....	129

3.3.3. A interpretação teleológica.....	130	continental europeu e latino-americano ( <i>civil law</i> ).....	148
3.3.4. A interpretação histórica.....	132	2.1. Direito Penal romano.....	148
3.4. Analogia e interpretação analógica.....	133	2.2. Direito Penal germânico.....	151
3.4.1. Analogia <i>in bonam partem</i> e analogia <i>in malam partem</i> .....	136	2.3. Direito Canônico.....	157
3.5. Fontes ou sujeitos da interpretação.....	136	2.4. Direito Penal comum nos países europeus anterior ao pensamento humanitário.....	161
3.6. Resultados da interpretação: declarativos, restritivos e extensivos.....	138	2.5. O iluminismo, a obra de Beccaria e o surgimento do Direito Penal moderno.....	163
<b>5. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito.....</b>	<b>141</b>	3. Escolas penais e tendências.....	165
1. Direito Penal e Direito Constitucional.....	141	3.1. A Escola Clássica.....	166
2. Direito Penal e Direito Processual Penal.....	143	3.2. A Escola Positiva.....	166
3. Direito Penal e Direito Administrativo.....	143	3.3. A <i>Terza Scuola italiana</i> .....	167
4. Direito Penal e Direito Penitenciário ou da Execução Penal.....	144	3.4. A Escola Moderna alemã.....	168
5. Direito Penal e Direito Internacional Público.....	145	3.5. O Tecnicismo Jurídico.....	168
6. Direito Penal e Direito Privado.....	146	3.6. A “Velha” e a Nova Defesa Social.....	169
<b>6. História do Direito Penal.....</b>	<b>147</b>	4. Evolução epistemológica do Direito Penal.....	171
1. Primeira aproximação: vingança privada, vingança divina e vingança pública.....	147	4.1. Sistema causal: causalismo e neokantismo.....	171
2. Principais influências do Direito Penal do Direito		4.2. Finalismo.....	172
		4.3. Funcionalismo.....	172
		5. Breve evolução histórica do Direito Penal brasileiro.....	173
		5.1. As ordenações do Reino de Portugal.....	173
		5.2. O Código Criminal de 1830.....	176
		5.3. O Código Penal de 1890 e a Consolidação das Leis Penais de 1932.....	177

5.4. O Código Penal de 1940.....	179	2. Princípio da legalidade ( <i>nullum crimen, nulla poena sine lege</i> ).....	200
5.5. O Código Penal de 1969: o Código natimorto.....	180	2.1. Introdução.....	200
5.6. A Reforma de 1984.....	181	2.1.1. A origem do princípio.....	200
6. Movimentos Político-Criminais contemporâneos.....	182	2.1.2. Significado político e significado jurídico.....	202
6.1. Lei e ordem ( <i>law and order</i> ).....	183	2.1.3. Legalidade formal e legalidade material.....	202
6.2. Abolicionismo.....	184	2.2. Desdobramentos ou corolários do princípio da legalidade.....	204
6.3. Garantismo penal.....	185	2.2.1. <i>Lex praevia</i> (exigência de lei anterior).....	205
6.4. Direito penal do inimigo.....	187	2.2.2. <i>Lex scripta</i> (proscrição e admissibilidade dos costumes).....	207
6.5. Direito penal de duas (ou três?) velocidades e direito de intervenção.....	188	2.2.3. <i>Lex stricta</i> (proscrição e admissibilidade da analogia).....	209
<b>7. Teoria da lei penal.....</b>	<b>191</b>	2.2.4. <i>Lex certa</i> (exigência de taxatividade da lei penal).....	212
1. Fontes do Direito Penal.....	191	2.3. A problemática das leis penais em branco.....	213
1.1. Fontes materiais, substanciais ou de produção.....	191	2.4. <i>Excursus</i> : a legalidade no sistema <i>commom law</i> .....	216
1.2. Fontes formais ou de conhecimento.....	192	3. Conceito de norma e lei penal.....	218
1.2.1. Fontes formais imediatas.....	192	4. Estrutura da norma penal.....	219
1.2.1.1. A Constituição.....	192	5. Função da norma penal.....	221
1.2.1.2. A lei.....	194	6. Lei penal no tempo.....	222
1.2.2. Fontes formais mediatas ou indiretas.....	194	6.1. Nascimento, vida e morte da lei penal ( <i>tempus regit actum</i> ).....	222
1.2.2.1. O costume.....	194	6.2. Irretroatividade da lei penal.....	223
1.2.2.2. Princípios Gerais de Direito.....	196	6.3. Retroatividade da lei descriminalizante ( <i>abolitio criminis</i> ).....	224
1.3. <i>Excursus</i> : é a jurisprudência fonte do direito penal?.....	197		
1.4. <i>Excursus</i> : o papel da doutrina.....	199		

6.4. Retroatividade da lei penal mais benéfica ( <i>lex mitior</i> ).....	224	praticados no estrangeiro (extraterritorialidade).....	235
6.5. Crime continuado e crime permanente: retroatividade da lei penal? (A Súmula 711 do STF).....	225	7.3.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	235
6.6. Combinação de leis.....	225	7.3.1.1. Crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.....	235
6.7. Leis excepcionais e temporárias.....	226	7.3.1.2. Crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.....	235
6.8. Tempo do crime.....	227	7.3.1.3. Crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço.....	236
7. Lei penal no espaço.....	228	7.3.1.4. Crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.....	236
7.1. Princípios que regem a aplicação da lei penal no espaço.....	229	7.4. Extraterritorialidade condicionada.....	237
7.1.1. Princípio da territorialidade.....	229	7.4.1. Crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir (princípio da justiça penal universal).....	237
7.1.2. Princípio da defesa ou real.....	231	7.4.2. Crimes praticados por brasileiro (princípio da personalidade ativa).....	238
7.1.3. Princípio da justiça universal.....	231	7.4.3. Crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada (princípio do pavilhão,	
7.1.4. Princípio da personalidade ou da nacionalidade.....	231		
7.1.5. Princípio do pavilhão, da bandeira ou da representação.....	232		
7.2. Aplicação da lei penal a fatos cometidos no Brasil (territorialidade).....	232		
7.2.1. Aplicação do princípio da territorialidade e conceito de território.....	232		
7.2.1.1. Espaço aéreo territorial.....	234		
7.2.1.2. Mar territorial.....	234		
7.3. Aplicação da lei penal brasileira a fatos			

da bandeira ou da representação).....	238	8.1.2.2.2. <i>Os governadores dos Estados-membros e do Distrito Federal</i> .....	252
7.4.4. Crime praticado por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil (princípio da defesa ou da personalidade passiva).....	238	8.1.2.2.3. <i>Prefeitos</i> .....	254
7.5. Condições.....	239	9. Extradicação, deportação e expulsão.....	254
7.6. Lugar do crime.....	239	10. Conflito aparente de normas.....	256
7.7. Pena cumprida no estrangeiro.....	240	10.1. Princípio da especialidade.....	256
7.8. Eficácia da sentença penal estrangeira.....	240	10.2. Princípio da consunção.....	257
8. Lei penal com relação a determinadas pessoas.....	241	10.3. Princípio da subsidiariedade.....	258
8.1. Imunidades substanciais e formais.....	242	10.4. Princípio da alternatividade.....	259
8.1.1. Imunidades decorrentes do direito internacional.....	242	10.5. Antefato e pós-fato impuníveis.....	260
8.1.1.1. Imunidade diplomática.....	242	11. Disposições finais.....	260
8.1.1.2. Imunidade relativa a Chefes de Estado.....	243		
8.1.1.3. Imunidade consular.....	244	<hr/>	
8.1.2. Imunidades e tratamentos jurídicos especiais decorrentes do direito público interno.....	245	<b>SEGUNDA PARTE</b>	
8.1.2.1. Imunidades parlamentares.....	245	<b>TEORIA JURÍDICA DO CRIME</b>	<b>263</b>
8.1.2.1.1. <i>Deputados e Senadores</i> .....	245	<hr/>	
8.1.2.1.2. <i>Deputados estaduais e distritais</i> .....	248	<b>8. Introdução</b> .....	<b>265</b>
8.1.2.1.3. <i>Vereadores</i> .....	249	1. Primeira aproximação.....	265
8.1.2.2. Chefes do Poder Executivo.....	250	2. Breve referência evolutiva das principais concepções doutrinárias do crime.....	269
8.1.2.2.1. <i>O Presidente da República Federativa do Brasil</i> .....	250	2.1. O positivismo causal-naturalista: a concepção clássica.....	269
		2.2. O neokantismo: a concepção neoclássica.....	270
		2.3. O finalismo: concepção ontológica.....	270
		2.4. O funcionalismo: a concepção normativa.....	272



3. Conceito de crime.....	273	5.7. Crimes unissubjetivo e plurissubjetivo.....	292
3.1. Algumas precisões conceituais.....	273	5.8. Crimes unissubsistente e plurissubsistente.....	293
3.2. Conceito formal.....	276	5.9. Crimes comum, próprio e de mão própria.....	293
3.3. Conceito material.....	277	5.10. Crimes de ação única e de ação múltipla.....	293
3.4. Conceito analítico.....	277	5.11. Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	294
4. O crime como ofensa ou exposição a perigo de bens jurídicos.....	278	5.12. Crimes principal e acessório.....	294
4.1. Breve referência evolutiva à teoria do bem jurídico.....	278	5.13. Crimes simples, privilegiado, qualificado, sui generis e majorado.....	295
4.2. Conceito de bem jurídico.....	280	5.14. Crimes de tipo fechado e de tipo aberto.....	295
4.3. Bem jurídico e Constituição.....	282	5.15. Crimes transeunte e não transeunte.....	296
4.4. Bem jurídico e objeto da conduta: distinções.....	284	5.16. Crime vago, multivitimário ou de vítimas difusas.....	296
4.5. Bem jurídico individual e transindividual.....	285	5.17. Crime achado.....	296
4.6. Funções do bem jurídico.....	285		
5. Classificação das infrações penais.....	287	<b>9. Conduta punível.....</b>	<b>297</b>
5.1. Crime, delito e contravenção.....	287	1. Introdução.....	297
5.2. Crimes comissivo e omissivo, próprios e impróprios.....	287	2. Conceitos de conduta (ou teorias da ação).....	299
5.3. Crimes doloso, culposo e preterdoloso.....	288	2.1. Conceito causal-naturalista ou clássico (Liszt, Beling).....	300
5.4. Crimes instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.....	288	2.2. Conceito finalista (Welzel).....	301
5.5. Crimes material, formal e de mera conduta.....	289	2.3. Conceito social (Ebehardt Schmidt, Jescheck, Wessels).....	303
5.6. Crimes de dano e de perigo.....	291	2.4. Conceito da ação pessoal (Roxin).....	304

2.5. Conceito negativo ou da evitabilidade individual (Herzberg, Jakobs).....	305	2.2.2. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.....	331
3. Apreciação crítica.....	306	2.2.2.1. A teoria das fontes e a posição de garante: o art. 13, § 2º, do CP.....	332
4. Ausência de conduta.....	310	2.2.2.1.1. A lei.....	332
4.1. Coação física (vis absoluta, corporalis ou atrox) e força física irresistível.....	311	2.2.2.1.2. A assunção da responsabilidade de impedir o resultado por causa diversa da imposição legal.....	332
4.2. Estados de inconsciência.....	312	2.2.2.1.3. A assunção da responsabilidade daquele que, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.....	333
4.3. Movimentos reflexos.....	313	2.2.3. A caracterização típica dos crimes omissivos próprios e impróprios.....	333
4.4. Excursus: a problemática da hipnose, das ações em curto-circuito e do automatismo.....	314	2.2.3.1. A inação.....	333
<b>10. Tipicidade e causas de exclusão (atipicidade).....</b>	<b>319</b>	2.2.3.2. A real possibilidade de agir.....	333
1. Introdução.....	319	2.2.3.3. A situação típica omissiva.....	334
1.1. Referência evolutiva à teoria do tipo.....	319	2.2.3.4. ● dever (específico) de agir para impedir o resultado: requisito adicional aos crimes omissivos impróprios.....	334
1.2. Tipo e tipicidade.....	325	2.3. Sujeito ativo: o agente.....	335
1.3. Tipicidade formal e tipicidade material.....	326	2.3.1. A pessoa jurídica criminosa?.....	335
1.4. Tipicidade conglobante.....	326	2.4. Sujeito passivo: a vítima.....	338
1.5. Elementos objetivos e subjetivos do tipo.....	327	2.5. Bem jurídico e objeto material da conduta.....	338
1.6. Tipo objetivo e tipo subjetivo.....	328	2.6. Resultado.....	339
1.7. Funções do tipo e da tipicidade.....	328	2.7. Relação de causalidade ou nexa causal.....	339
2. Tipo objetivo.....	329		
2.1. Conduta comissiva: a ação.....	330		
2.2. Conduta omissiva: a omissão.....	330		
2.2.1. Crimes omissivos próprios.....	331		

2.7.1. Teoria da <i>conditio sine qua non</i> .....	340	3.3.1.3.1.1. <i>Teoria do consentimento (preponderantemente seguida) no Brasil: uma subespécie da teoria da vontade</i> .....	365
2.7.2. Teoria da causalidade adequada.....	342	3.3.1.3.1.2. <i>Teoria da vontade na perspectiva atual alemã e o desacordo terminológico: teoria da decisão, do tomar a sério o risco, da conformação ou (ainda e também) teoria do consentimento (fundamentada no critério do levar a sério e na conformação)</i> .....	367
2.7.3. Apreciação crítica e casuística.....	343	3.3.1.3.2. <i>Teorias cognitivas (dolo sem vontade)</i> .....	371
2.8. Imputação objetiva do resultado.....	347	3.3.1.3.2.1. <i>Teorias tradicionais: da possibilidade e da probabilidade</i> .....	371
2.8.1. A concepção de Roxin.....	349	3.3.1.3.2.2. <i>Teoria da qualidade do risco criado (Ingebord Puppe)</i> .....	372
2.8.1.1. Criação de um risco não permitido.....	350	3.3.1.3.3. <i>A doutrina da cegueira deliberada (wilful blindness) ou teoria do avestruz</i> .....	373
2.8.1.2. Realização do risco não permitido.....	351	3.3.1.4. <i>Outras designações: dolo indireto (alternativo e cumulativo), dolo geral e dolo de perigo</i> .....	375
2.8.2. A concepção de Jakobs.....	353	3.4. Elemento subjetivo especial: os elementos subjetivos do tipo ou do injusto.....	376
2.8.3. Considerações conclusivas.....	355	3.5. Culpa: a doutrina do crime culposos.....	378
3. Tipo subjetivo.....	356	3.5.1. Conceito de crime culposos.....	379
3.1. Dolo: a doutrina do crime doloso. Teorias tradicionais.....	356	3.5.2. Modalidades de culpa.....	381
3.1.1. Teoria da vontade.....	357	3.5.2.1. Imprudência.....	381
3.1.2. Teoria da representação.....	358	3.5.2.2. Negligência.....	381
3.1.3. Teoria do consentimento ou do assentimento.....	358	3.5.2.3. Imperícia.....	382
3.2. Elementos do dolo: elemento intelectual e elemento volitivo.....	358	3.5.3. Espécies de culpa.....	383
3.3. Elemento subjetivo geral: o dolo.....	358		
3.3.1. Espécies de dolo.....	359		
3.3.1.1. Dolo direto de 1º grau.....	360		
3.3.1.2. Dolo direto de 2º grau.....	360		
3.3.1.3. Dolo eventual. Teorias e distinção da culpa consciente.....	362		
3.3.1.3.1. <i>Teorias volitivas (dolo com vontade)</i> .....	364		

3.5.3.1. Culpa consciente.....	383	4.2. Princípio da insignificância.....	398
3.5.3.2. Culpa inconsciente.....	384	4.3. Consentimento do titular do bem jurídico.....	398
3.5.3.3. Culpa imprópria.....	385	4.4. Erro de tipo.....	398
3.5.4. <i>Excursus</i> : o problema da culpa temerária.....	386	4.5. Ausência de algum elemento do tipo (ausência não aparente <i>prima facie</i> ).....	399
3.5.5. Dolo eventual e culpa consciente. Distinção.....	386	4.6. Não-imputação objetiva.....	401
3.5.6. Requisitos à configuração do crime culposo.....	387	<b>11. Ilicitude e causas de exclusão (justificantes).....</b>	<b>403</b>
3.5.6.1. Conduta sem observância do dever objetivo de cuidado e excedente aos limites do risco permitido (critério do “homem médio”?).....	387	1. Ilicitude, antijuridicidade e injusto. Ilicitude: elemento ou essência do crime?.....	403
3.5.6.1.1. <i>Excursus</i> : o princípio da confiança como limitador do dever de cuidado.....	391	2. Ilicitude formal e ilicitude material.....	405
3.5.6.2. Previsibilidade do resultado.....	391	3. Ausência de ilicitude. As justificantes, causas de justificação ou causas excludentes de ilicitude.....	407
3.5.6.3. Produção de um resultado e nexos causal (em regra). Desvalor da ação e desvalor do resultado.....	392	3.1. O requisito subjetivo nas causas excludentes de ilicitude.....	407
3.5.6.3.1. <i>Excursus</i> : o problema dos crimes omissivos próprios culposos.....	393	3.2. O excesso nas causas excludentes de ilicitude.....	407
3.5.7. Compensação de culpas.....	395	3.3. O estado de necessidade.....	407
3.6. Crimes qualificados pelo resultado e o elemento subjetivo do crime-base e do resultado agravador. Crimes majorados. Crimes preterdolosos ou preterintencionais.....	395	3.3.1. Conceito e fundamento.....	407
4. Ausência de tipicidade ou atipicidade.....	397	3.3.2. Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante e a natureza jurídica do instituto no direito brasileiro.....	410
4.1. Princípio da adequação social.....	397	3.3.3. Estado de necessidade defensivo e estado de necessidade agressivo.....	412

3.3.4. Requisitos do estado de necessidade.....	413	7. Consentimento do titular do bem jurídico como causa supralegal de atipicidade e como causa supralegal justificante.....	430
3.3.4.1. Perigo atual.....	413	8. A controvérsia em torno da natureza jurídica dos ofendículos.....	433
3.3.4.2. Não provocação voluntária do perigo.....	414		
3.3.4.3. Inevitabilidade da lesão.....	415	<b>12. Culpabilidade e causas de exclusão (dirimentes).....</b>	<b>435</b>
3.3.4.4. Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado.....	416	1. A evolução histórica do conceito de culpabilidade.....	435
3.3.4.5. Direito próprio ou alheio.....	417	2. Culpabilidade, livre-arbítrio e neurociências.....	442
3.3.4.6. Elemento subjetivo: o <i>animus</i> de salvamento.....	417	3. Os requisitos da culpabilidade.....	452
3.3.4.7. Ausência do dever legal de enfrentar o perigo.....	417	3.1. Imputabilidade.....	452
3.4. Estado de necessidade putativo.....	418	3.2. Consciência da ilicitude.....	453
3.5. Excesso punível.....	418	3.3. Exigibilidade de conduta diversa.....	453
4. A legítima defesa.....	419	4. A culpabilidade como requisito estrutural do crime.....	454
4.1. Conceito e fundamento.....	419	5. Ausência de culpabilidade. As exculpantes, dirimentes ou causas excludentes de culpabilidade.....	457
4.2. Requisitos da legítima defesa.....	420	5.1. Inimputabilidade.....	457
4.2.1. Agressão injusta, atual ou iminente.....	420	5.1.1. Sistemas.....	457
4.2.2. Direito próprio ou alheio.....	422	5.1.1.1. Biológico.....	457
4.2.3. Meios necessários usados moderadamente (proporcionalidade).....	422	5.1.1.2. Psicológico.....	458
4.2.4. Elemento subjetivo: <i>animus</i> de defesa.....	423	5.1.1.3. Biopsicológico.....	458
4.2.5. Os agentes de segurança pública e legítima de defesa de terceiros.....	423	5.1.2. A inimputabilidade decorrente de doença mental.....	459
4.3. Legítima defesa putativa.....	424	5.1.3. A inimputabilidade decorrente de retardo mental.....	469
4.4. Excesso punível.....	425		
5. Estrito cumprimento do dever legal.....	427		
6. Exercício regular de direito.....	429		

5.1.4. A inimizabilidade decorrente de desenvolvimento mental incompleto.....	471	5.3. Emoção e paixão.....	507
5.1.4.1. O indígena. Conceção atual.....	472	5.4. Consequências jurídicas pela prática de fato definido como infração por inimizável.....	512
5.1.4.2. O surdo-mudo.....	479	5.5. O erro de proibição.....	512
5.1.4.3. O menor de 18 anos e o critério biológico.....	482	5.6. Inimizabilidade de conduta diversa.....	512
5.1.5. Alcoolismo: embriaguez patológica e embriaguez não patológica.....	483	5.6.1. A coação moral irresistível ( <i>vis compulsiva</i> ou <i>vis conditionalis</i> ).....	513
5.1.5.1. Conceito de embriaguez.....	484	5.6.2. A obediência hierárquica.....	514
5.1.5.2. Os diferentes graus de embriaguez.....	485	5.6.3. A inimizabilidade de conduta diversa como causa suprallegal de exculpação.....	516
5.1.5.3. Características gerais da embriaguez patológica e tratamento legal.....	486	<b>13. Teoria do erro jurídico-penal.....</b>	<b>519</b>
5.1.5.4. Embriaguez não patológica: tratamento legal.....	487	1. A teoria do erro, causalismo, finalismo, teorias do dolo e da culpabilidade.....	519
5.1.5.4.1. Embriaguez acidental: proveniente de caso fortuito ou força maior.....	488	2. Erro de tipo.....	522
5.1.5.4.2. Embriaguez não acidental: voluntária ou culposa.....	489	2.1. Erro de tipo e erro de fato. Erro de tipo essencial e erro de tipo acidental.....	522
5.1.5.5. <i>Actio libera in causa</i> .....	490	2.2. Tratamento legal e consequências jurídicas do erro de tipo.....	524
5.1.6. Toxicomania.....	491	3. Erro de tipo acidental.....	527
5.2. Semi-imputabilidade: a capacidade diminuída.....	493	3.1. Erro sobre a coisa ( <i>error in objecto</i> ).....	528
5.2.1. Perturbação da saúde mental.....	494	3.2. Erro sobre a pessoa ( <i>error in persona</i> ).....	528
5.2.1.1. Doença mental.....	495	3.3. Erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ).....	529
5.2.1.2. Neurose.....	496	3.4. Resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio</i> ).....	
5.2.1.3. Psicopatia.....	499		
5.2.2. Desenvolvimento mental incompleto.....	506		
5.2.3. Retardo mental.....	506		

<i>criminis ou aberratio delicti</i> ).....	531	1.4.4. Teoria da idoneidade e univocidade dos atos executórios.....	549
4. Erro de proibição e ignorância da lei.....	532	1.4.5. Teoria objetivo-individual.....	551
4.1. Erro de proibição direto.....	533	1.4.6. Considerações conclusivas.....	552
4.2. Erro de proibição indireto (erro de permissão).....	534	1.5. Infrações que não admitem tentativa.....	555
4.3. Erro mandamental ou erro de mandamento.....	536	1.6. A punibilidade da tentativa e seu fundamento.....	559
4.4. <i>Excursus</i> : a dúvida e problema da evitabilidade do erro de proibição.....	536	1.7. Casuística.....	560
4.5. Consequências jurídicas do erro de proibição.....	538	2. Desistência voluntária e arrependimento eficaz (tentativa abandonada).....	562
5. Discriminantes putativas (erro sobre as causas de justificação).....	539	3. Arrependimento posterior.....	565
5.1. Natureza jurídica.....	540	4. Crime impossível (tentativa inidônea ou quase-crime) e crime putativo.....	565
5.2. Consequências jurídicas das discriminantes putativas.....	541		
<b>14. Consumação e tentativa.....</b>	<b>543</b>	<b>15. Autoria e participação (concurso de pessoas).....</b>	<b>569</b>
1. Consumação e tentativa: todo e parte.....	543	1. Considerações preliminares.....	569
1.1. Breve histórico.....	543	1.1. Autoria e participação.....	570
1.2. Elementos da tentativa.....	545	1.2. Pressuposto do concurso de pessoas: concepção monista, dualista e pluralista.....	573
1.3. Espécies de tentativa.....	545	1.3. Sistema unitário e diferenciador.....	576
1.4. <i>Iter criminis</i> , consumação, exaurimento e o problema da linha divisória entre atos preparatórios e atos de execução.....	546	2. Teoria unitária: a teoria causal-extensiva.....	577
1.4.1. Teoria subjetiva (e sua variante negativista).....	548	3. Teorias diferenciadoras.....	578
1.4.2. Teoria formal-objetiva.....	549	3.1. Teoria formal-objetiva.....	578
1.4.3. Teoria material-objetiva.....	549	3.2. Teoria material-objetiva.....	580
		3.3. Teoria subjetiva.....	581
		3.4. Teoria do domínio do fato.....	582

3.4.1.	A concepção de Hans Welzel.....	582	4.2.2.	Pluralidade de agentes .....	599
3.4.2.	A concepção de Claus Roxin.....	583	4.2.3.	Assunção subjetiva para o empreendimento delitivo comum.....	599
3.4.2.1.	Delitos de domínio.....	583	4.2.4.	Relevância causal das condutas.....	599
3.4.2.2.	Delitos de infração de dever.....	587	4.3.	A participação de menor importância.....	600
3.4.2.3.	Delitos de mão própria.....	588	4.4.	Cooperação dolosamente distinta: e se o concorrente quis participar de crime menos grave? .....	601
4.	O concurso de pessoas no direito penal brasileiro.....	588	4.5.	Comunicabilidade das circunstâncias e condições de caráter pessoal .....	604
4.1.	A caracterização da autoria e da participação .....	591	4.6.	Participação impunível.....	605
4.1.1.	Formas de autoria.....	591	5.	Concurso de pessoas nos crimes culposos.....	606
4.1.1.1.	Autoria individual.....	591	6.	Concurso de pessoas nos crimes omissivos.....	607
4.1.1.2.	Autoria mediata ou indireta.....	592			
4.1.1.3.	Autoria coletiva (coautoria).....	592			
4.1.1.4.	Autoria colateral, autoria incerta e autoria desconhecida.....	592			
4.1.1.5.	Autoria intelectual? .....	593			
4.1.2.	Participação .....	593			
4.1.2.1.	Espécies.....	594			
4.1.2.2.	Instigação.....	594			
4.1.2.3.	Cumplicidade.....	594			
4.1.2.3.1.	<i>Excursus: cumplicidade por meio de ações neutras ou cotidianas.....</i>	595			
4.1.2.3.2.	<i>Excursus: as controvérsias em torno do mandante: autor ou partícipe?.....</i>	596			
4.1.2.4.	Teorias da acessoriedade da participação.....	597			
4.2.	Requisitos do concurso de pessoas.....	598			
4.2.1.	Identidade de infração penal.....	598			

---

<b>TERCEIRA PARTE</b>	
<b>CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO CRIME E DOS FATOS SUJEITOS À MEDIDA DE SEGURANÇA E PUNIBILIDADE</b> 609	

---

<b>16.</b>	<b>Conceito, fins da pena e sistemas penitenciários.....</b>	<b>611</b>
1.	Conceito de pena.....	611
2.	Fins da pena.....	612
2.1.	Teorias absolutas ou retributivas.....	612
2.2.	Teorias relativas ou preventivas.....	613



2.2.1. Prevenção geral negativa.....	614	2.1.2.5. Progressão e regressão de regime.....	630
2.2.2. Prevenção especial negativa.....	615	2.1.3. Direitos e deveres do condenado.....	631
2.2.3. Prevenção geral positiva.....	615	2.1.3.1. Direitos do condenado.....	631
2.2.4. Prevenção especial positiva.....	616	2.1.3.2. Deveres do condenado.....	632
2.3. Teorias mistas.....	616	2.1.3.3. Trabalho do condenado.....	633
2.3.1. Teorias mistas tradicionais.....	617	2.1.4. Individualização da pena e de sua execução.....	633
2.3.2. Teoria dialética unificadora.....	618	2.1.5. Remição.....	634
2.4. Teoria negativa ou agnóstica.....	619	2.1.6. Detração.....	634
3. Sistemas penitenciários.....	620	2.2. Penas restritivas de direitos.....	634
3.1. Introdução.....	620	2.2.1. Introdução.....	634
3.2. Sistema pensilvânico, de Filadélfia ou celular.....	620	2.2.2. Espécies.....	635
3.3. Sistema auburniano ou <i>silent system</i> .....	620	2.2.2.1. Prestação pecuniária.....	635
3.4. Sistema inglês ou progressivo.....	621	2.2.2.2. Perda de bens e valores.....	637
3.5. Perspectiva brasileira.....	621	2.2.2.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	637
<b>17. Espécies de pena.....</b>	<b>623</b>	2.2.2.4. Interdição temporária de direitos.....	637
1. Introdução.....	623	2.2.2.5. Limitação de fim de semana.....	638
2. Espécies de pena albergadas no Direito Penal brasileiro.....	626	2.2.3. Conversão.....	638
2.1. Penas privativas de liberdade.....	626	2.3. Pena de multa.....	638
2.1.1. Reclusão, detenção e prisão simples.....	626	2.3.1. Introdução.....	638
2.1.2. Regimes de execução.....	627	2.3.2. Cominação da pena de multa.....	640
2.1.2.1. Regime fechado.....	627	2.3.3. Aplicação da pena de multa.....	640
2.1.2.2. Regime semiaberto.....	628	2.3.4. Execução da pena de multa.....	641
2.1.2.3. Regime aberto.....	629	2.4. Pena de prisão simples.....	642
2.1.2.4. Regime especial para mulheres.....	629	2.5. Outras penas: Lei de drogas, Lei ambiental e Código Penal Militar.....	642

3. Penas proscritas no direito brasileiro.....	643		
<b>18. Aplicação da pena.....</b>	<b>645</b>		
1. Introdução: o método trifásico adotado pelo Código Penal ..	645	3.1.8.	Crime cometido com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão ..... 665
2. Primeira fase: pena-base. Circunstâncias judiciais .....	645	3.1.9.	Crime cometido contra criança, maior de sessenta anos, enfermo ou mulher grávida ..... 666
2.1. Como se procede ao cálculo da pena-base?.....	653	3.1.10.	Crime cometido quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade ..... 667
3. Segunda fase: pena provisória. Agravantes e atenuantes genéricas.....	656	3.1.11.	Crime cometido em ocasião de incêndio, navrágio, inundaçáo ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido .. 667
3.1. Circunstâncias agravantes .....	656	3.1.12.	Crime cometido em estado de embriaguez preordenada ..... 668
3.1.1. A reincidência .....	656	3.1.13.	Agravantes no caso de concurso de pessoas ..... 668
3.1.2. O motivo fútil ou torpe .....	660	3.2.	Circunstâncias atenuantes.....
3.1.3. O escopo de facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime .....	661	3.2.1.	Menor de 21 anos e maior de 70 anos ..... 670
3.1.4. A traição, a emboscada, a dissimulação, ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido .....	662	3.2.2.	Desconhecimento da lei ..... 670
3.1.5. O emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que poderia resultar perigo comum .....	663	3.2.3.	Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral ..... 671
3.1.6. Crime cometido contra ascendente. Descendente, irmão ou cônjuge .....	664		
3.1.7. Crime com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica .....	664		

3.2.4. Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano .....	672
3.2.5. Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima .....	672
3.2.6. Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime .....	673
3.2.7. Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não provocou .....	674
3.2.8. Atenuantes inominadas .....	675
3.3. Concurso de agravantes e atenuantes. Como se procede ao cálculo da pena provisória?.....	675
4. Terceira fase: pena definitiva. Causas de diminuição e aumento de pena .....	677
5. Concurso de crimes.....	678
5.1. Concurso material ou real .....	679
5.2. Concurso formal ou ideal.....	679
5.3. Crime continuado.....	683
5.3.1. Concurso de Crimes.....	688

<b>19. Suspensão condicional da pena.....</b>	<b>691</b>
1. Conceito e natureza jurídica.....	691
2. Espécies.....	692
3. Requisitos.....	692
4. Condições.....	693
5. Período de prova.....	693
6. Revogação obrigatória e facultativa.....	694
7. Prorrogação do período de prova.....	694
8. Extinção.....	694
<b>20. Livramento condicional.....</b>	<b>695</b>
1. Conceito e natureza jurídica.....	695
2. Requisitos.....	695
3. Condições.....	696
4. Revogação .....	697
5. Prorrogação e extinção .....	697
<b>21. Efeitos da condenação e reabilitação .....</b>	<b>699</b>
1. Efeitos da condenação.....	699
1.1. Introdução.....	699
1.2. Efeitos genéricos.....	699
1.3. Efeitos específicos.....	702
2. Reabilitação.....	704
2.1. Conceito e alcance.....	704
2.2. Requisitos.....	704
2.3. Revogação.....	705
<b>22. Medidas de segurança .....</b>	<b>707</b>
1. Introdução .....	707
2. Conceito.....	707

3. Breve notícia histórica: a superação do sistema duplo binário e a assunção do sistema vicariante.....	708	1. Punibilidade, condições objetivas de punibilidade e excusas absolutórias.....	729
4. Natureza jurídica da medida de segurança.....	711	2. Causas de extinção da punibilidade.....	733
5. Princípios.....	713	2.1. Introdução.....	733
5.1. Legalidade.....	713	2.2. Morte do agente.....	734
5.2. Proporcionalidade.....	716	2.3. Anistia, graça e indulto.....	734
6. Pressupostos de aplicação da medida de segurança.....	718	2.4. <i>Abolitio criminis</i> .....	737
6.1. Prática de fato definido como crime ou contravenção.....	718	2.5. Renúncia do direito de queixa e perdão nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	738
6.2. A periculosidade como pressuposto e fundamentado da medida de segurança.....	719	2.6. Retratação do agente.....	739
7. Espécies.....	720	2.7. Perdão judicial.....	739
7.1. Medidas de segurança privativas de liberdade.....	720	2.8. Prescrição, decadência e preempção.....	740
7.2. Medidas de segurança não privativas de liberdade.....	721	2.8.1. Prescrição.....	740
7.3. Medidas de segurança patrimoniais.....	722	2.8.1.1. Conceito, natureza jurídica e fundamento.....	740
8. Duração.....	722	2.8.1.2. Prescrição da pretensão punitiva.....	742
9. Medida de segurança e os direitos do internado.....	724	2.8.1.3. Prescrição retroativa e intercorrente ou superveniente.....	744
10. Medida de segurança e extinção da punibilidade.....	726	2.8.1.4. Prescrição da pretensão executória.....	745
11. Execução das medidas de segurança.....	726	2.8.1.5. Causas suspensivas (impeditivas).....	746
<b>23. Punibilidade, causas impeditivas e causas extintivas da punibilidade.....</b>	<b>729</b>	2.8.1.6. Causas interruptivas.....	747
		2.8.1.6.1. <i>Recebimento da denúncia ou queixa</i> .....	747
		2.8.1.6.2. <i>Pronúncia</i> .....	748
		2.8.1.6.3. <i>Decisão confirmatória da pronúncia</i> .....	748
		2.8.1.6.4. <i>Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recoráveis</i> .....	748

2.8.1.6.5. <i>Início ou continuação do cumprimento da pena</i> .....	750
2.8.1.6.6. <i>Reincidência</i> .....	750
2.8.1.7. Crimes complexos, crimes conexos, concurso de crimes, penas mais leves em relação a penas mais graves.....	750
2.8.1.8. Pena de multa.....	752
2.8.1.9. Redução dos prazos de prescrição.....	752
2.8.1.10. Medida de segurança.....	753
2.8.1.11. Imprescritibilidade.....	753
2.8.2. Decadência.....	754
2.8.3. Perempção.....	755
<b>24. Da ação penal</b> .....	<b>757</b>
1. Ação penal.....	757
1.1. Ação penal pública.....	758
1.1.1. Ação penal pública incondicionada.....	758
1.1.2. Ação penal pública condicionada.....	758
1.2. Ação penal de iniciativa privada.....	759
1.2.1. Ação penal de iniciativa privada propriamente dita (ou genuína).....	759
1.2.2. Ação penal de iniciativa privada personalíssima.....	759
1.2.3. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.....	759
1.3. Ação penal popular.....	761
<b>Referências</b> .....	<b>765</b>